



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 960, DE 2015

Cria o cargo de Vice-Corregedor Regional no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

AUTOR: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RELATOR: DEPUTADO ADEMIR CAMILO

I – RELATÓRIO

Por meio do Projeto de Lei nº 960, de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho propõe criar o cargo de Vice-Corregedor Regional no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

O projeto está instruído com o parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 0001283-63.2015.2.00.0000.

A proposição foi originalmente distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para exame de mérito, tendo sido aprovada em reunião de 9 de setembro de 2015.

A matéria também foi distribuída à Comissão de Finanças e Tributação – CFT – para exame de adequação orçamentária e financeira e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC – para exame de mérito e verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por se tratar de proposição sujeita à apreciação do Plenário, não foi aberto, na Comissão, prazo para apresentação de emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO

Cabe a este órgão técnico exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes



Em face do exposto, **VOTO pela COMPATIBILIDADE e ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA** do Projeto de Lei nº 1.940, de 2015, com a emenda de adequação apresentada.

- 2 -



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

Deputado ADEMIR CAMILO
Relator



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 960, DE 2015

Cria o cargo de Vice-Corregedor Regional no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

AUTOR: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATOR: DEPUTADO ADEMIR CAMILO

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º do projeto de lei:

“Art. 1º (...)

Parágrafo único. A criação de cargo prevista por esta Lei fica condicionada à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, da qual deverá constar dotação específica e suficiente para o provimento autorizado, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição.”

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado ADEMIR CAMILO
Relator